

## ATA N.º 08/2012

### Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 32 minutos

Encerramento: 15 horas e 27 minutos

No dia vinte do mês de fevereiro de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor Carlos António Pinto Coutinho, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos

Maria Gabriela Gambóias dos Santos

Miguel António Duarte Cardia

Pelo Senhor Vice-Presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta e dois minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	<b>Câmara Municipal</b> <b>Presidência/Vereação</b>		
	<b>Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores</b>		
	Aprovação da ata da reunião anterior		
2	<b>Departamento Municipal</b> <b>Administrativo e Financeiro</b>	Inf. A.J. n.º 36/2012, de 15 de fevereiro	
	<b>Apoio Jurídico</b>		
3	Legislação síntese		
	<b>Gestão e Controlo do Plano e Orçamento</b>		
	I Alteração ao Orçamento de 2012 – Despacho a ratificação		
	<b>Subunidade Orgânica de Contabilidade</b>		

4	<p>Resumo Diário de Tesouraria</p> <p><b>Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos</b></p> <p><b>Subunidade Orgânica de Património</b></p>		
5	<p>Lotes vagos em urbanizações municipais</p> <p><b>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</b></p> <p><b>Apoio Administrativo às Obras Municipais</b></p>		
6	<p>Empreitada de: “Estrada de ligação entre a E.N. 118-1 e a E.M. 515 (2.ª fase) – Barrosa” - Revisão de Preços Definitiva - Aprovação</p>	4.1.1/07-2010	CONSTRUÇÕES PRAGOSA, SA
7	<p>Empreitada de: “Execução de passeios nas freguesias de Benavente e Samora Correia” - Auto de Receção Provisória / A conhecimento</p>	4.1.5/04-2011	PAULO & FILHOS, SA
8	<p>Empreitada de: “Reconstrução do Jardim da Fateixa – Benavente” - Auto de Receção Provisória / Aprovação</p>	4.1.5/01-2010	COSTA & LEANDRO, LDA
9	<p>Empreitada de: “Construção da sede do rancho folclórico “Samora e o Passado” - Conta da Empreitada / A conhecimento</p> <p><b>Conservação, Manutenção e Limpeza Urbana</b></p>	4.1.2/09-2009	CONSPRONEL – Construção Civil e Projetos, Lda.
10	<p>Manutenção de palmeira na Urbanização do Portão de Ferro, em Benavente</p> <p><b>Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento</b></p> <p><b>Subunidade Orgânica de Obras Particulares</b></p>		Arq. Paisagista Fernando Graça
11	<p>Deliberação Final DL 555/99 – A</p>		

	conhecimento	498/2011	BCS Portugal Máquinas Agrícolas, Lda.
12	“ “	1107/2011	CIBEN IT and Business Solutions, S.A.
13	“ “	1399/2011	Paulo M. M. André – Construções, Lda.
14	Informação Prévia	93/2012	Joly Jumper - Cavalos e Diversão
15	Destaques	1071/2011	Vítor Hugo Martins de Oliveira
16	Licenciamento de Operações de Loteamento	21411/2005	António dos Santos Fernandes
17	“ “	1221/2011	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Salvaterra de Magos, CRL
18	Averbamentos – A conhecimento	1399/2010	César Manuel Santos da Silva
19	Ordenamento de trânsito	1035/2011	Nortamérica, Imobiliária, Lda.
	<b>Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo</b>		
	<b>Educação</b>		
20	Extensão de horário da componente socioeducativa e de apoio a família na educação pré-escolar nos Jardins de Infância n.º 1 e 2 de Porto Alto – Ano letivo 2011/2012	Informação DMCET n.º 015/2012, de 13 de fevereiro	
21	Instalação de antena de transmissão de telemóveis da rede TMN		Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Samora Correia
22	<b>Período destinado às intervenções dos membros da Câmara</b>		
23	<b>Período destinado às intervenções dos municípios</b>		
24	<b>Aprovação de deliberações em minuta</b>		

## RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	<b>Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento</b>  <b>Subunidade Orgânica de Obras Particulares</b>  Conclusão das Obras de Urbanização	382/2011	Delta-Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaias, Lda.
2	<b>Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo</b>  <b>Educação</b>  Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular para o 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano Letivo 2011/2012 – Alteração do número de alunos do Centro Escolar de Porto Alto	Informação D.M.C.E.T. n.º 008/2012, de 25 de janeiro	

Secretariou o Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, Coordenadora Técnica.

**AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO:** Verificou-se a ausência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, por motivo de gozo de férias.

«A Câmara Municipal considerou justificada a ausência.»

Verificaram-se igualmente as ausências dos Senhores Vereadores José Rodrigues da Avó e Ana Casquinha, que se apresentaram no decurso da reunião, conforme em local próprio desta ata se assinala.

### 01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação

#### 01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores

**Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

## **02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro**

### **02.01.03- Apoio Jurídico**

**Ponto 2 – LEGISLAÇÃO SÍNTESE COM INTERESSE PARA A AUTARQUIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ENTRE 09 E 15 DE FEVEREIRO DE 2012 E RESPECTIVAS UNIDADES ORGÂNICAS MUNICIPAIS A QUEM A MESMA INTERESSA**

**Informação A.J. n.º 36/2012, de 15 de fevereiro**

**Lei n.º 6/2012**, da Assembleia da República publicada no D.R. n.º 30, Série I de 2012-02-10 - Primeira alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais (**Membros C.M.B; Presidente da A.M.B; AJ; DMAF; Vereadora Gabriela dos Santos**);

**Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012**, publicada no D.R. n.º 30, Série I de 2012-02-10 - Institui o sobreiro como árvore nacional de Portugal (**Presidente AMB; PC e restantes membros da CMB; todos os serviços municipais**);

**Lei n.º 7/2012**, da Assembleia da República publicada no D.R. n.º 31, Série I de 2012-02-13 - Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro (**AJ**);

**Decreto-Lei n.º 32/2012**, do Ministério das Finanças publicada no D.R. n.º 31, Série I de 2012-02-13 - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012 (**PC; DIRETOR DO DMAF; DMGARH; AJ**).

### **02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento**

**Ponto 3 – I ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2012 / DESPACHO A RATIFICAÇÃO**

#### **DESPACHO**

Considerando que:

- Em reunião de câmara de 13 de fevereiro último foi aprovada a minuta do contrato de empréstimo de curto prazo, a contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, o qual entraria em vigor a 15 de fevereiro;
- O n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, estabelece que, sempre que existam circunstâncias excecionais e urgentes e não sendo possível reunir extraordinariamente a câmara, o presidente pode praticar quaisquer atos da

competência da câmara, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação, na primeira reunião a realizar após a sua prática;

- Face à necessidade de efetuar o respetivo cabimento relativo às despesas inerentes ao referido empréstimo, assim como poder inscrever o mesmo no orçamento de 2012.

Determino:

- Que se efetue a I Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.
- O presente despacho seja agendado para a próxima reunião da câmara municipal por forma a ser sujeito a ratificação.

Benavente, 15 de fevereiro de 2012.

O presidente da câmara municipal, António José Ganhão

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a inscrições, diminuições e reforços.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

## **02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade**

### **Ponto 4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA**

Presente o documento em epígrafe, com o número trinta e cinco, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: seis mil, duzentos e noventa e nove euros e setenta e cinco cêntimos em dinheiro.

Depositado à ordem:

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000009843092 – sete mil, oitocentos e onze euros e setenta e dois cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000280563011 – cento e treze mil, duzentos e oitenta e três euros e oitenta e um cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000061843046 – quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560001470473069 – vinte e seis mil, duzentos e noventa e três euros e trinta e sete cêntimos;

#### **C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560001496353057 – setecentos e cinquenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos;

#### **C.G.D – BNU**

Conta - 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016785430 – treze mil, oitocentos e dez euros e quarenta e dois cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016786230 – oito mil, setecentos e trinta e oito euros e três cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016788930 – três mil, novecentos e quarenta e três euros e noventa e nove cêntimos;

**C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016784630 – nove mil, trezentos e noventa euros e oitenta e oito cêntimos;

**B.C.P. – Benavente**

Conta - 003300000005820087405 – treze mil, duzentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos;

**BNC – Samora Correia**

Conta - 004602561087080018636 – duzentos e sessenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos;

**CCAM – Samora Correia**

Conta - 004552804003737040413 – dois mil, vinte e seis euros e dezanove cêntimos;

**CCAM – Santo Estêvão**

Conta - 004552814003724462602 – cento e setenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos;

**CCAM – Benavente**

Conta - 004550904010946923865 – quinhentos e noventa mil, trezentos e sessenta e dois euros e vinte e dois cêntimos;

**BES – Benavente**

Conta - 000703400000923000754 – mil e trinta e seis euros e quarenta e um cêntimos;

**BPI – Samora Correia**

Conta - 002700001383790010130 – setecentos e setenta e um euros e trinta e um cêntimos;

**Banco Santander Totta, SA**

Conta - 001800020289477400181 – cento e trinta euros e setenta e quatro cêntimos;

**Balclays Bank, Plc**

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – duzentos e vinte e cinco euros e setenta e quatro cêntimos.

Num total de disponibilidades de um milhão, duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e noventa e sete cêntimos, dos quais seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos são de Operações Orçamentais e seiscentos e quarenta e sete mil, cento e oitenta e nove euros e setenta e três cêntimos de Operações Não Orçamentais.

## **02.02- Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos**

### **02.02.08- Subunidade Orgânica de Património**

#### **Ponto 5 – LOTES VAGOS EM URBANIZAÇÕES MUNICIPAIS**

### **Informação N.º 0044/2012, de 08 de fevereiro**

Vem a Subunidade Orgânica de Património informar, que há vários interessados na aquisição dos lotes vagos em algumas urbanizações municipais, em propriedade plena, nas urbanizações abaixo descritas.

<b>URB. DO VALE BISPO, BARROSA</b>		<b>ÁREAS</b>
Lote 29		412,50 m <sup>2</sup>
Lote 46		483,00 m <sup>2</sup>
Lote 47		477,50 m <sup>2</sup>
Lote 57		626,00 m <sup>2</sup>
<b>URB. DA ESTEVEIRA, S.CORREIA</b>		
Lote 73		162,00 m <sup>2</sup>
<b>URB. DO SAPAL, PORTO ALTO</b>		
Garagem 25		19,25 m <sup>2</sup>
Garagem 26		19,25 m <sup>2</sup>

Mais se esclarece, que os preços de venda apresentados na presente informação foram os valores de licitação da última hasta pública, realizada no dia 2 de junho de 2008.

Urbanização do Vale Bispo, na Barrosa foi de 15,00 € / m<sup>2</sup>

Urbanização da Esteveira, em Samora Correia foi de 30,00 € / m<sup>2</sup>

Urbanização do Sapal Entre Águas, em Porto Alto – Garagens 30,00 € / m<sup>2</sup>

(com exceção dos lotes 29, 46 e 47 da Urbanização do Vale Bispo, cujos valores transcritos para base de licitação são de 7.533,95 €, 7.109,76 € e 6.310,92 €, e da garagem n.º 26 já construída na Urbanização do Sapal de Entre Águas, no Porto Alto, cujo valor transcrito para base de licitação é de 10.500,00 €, valor pago pelo Município quando adquiriu os lotes em causa, sem construção e com construção).

À consideração superior do Senhor Diretor do DMAF

O Coordenador Técnico, António Teixeira da Rosa

**Nesta altura da reunião apresentou-se, para nela participar, o Senhor Vereador José Rodrigues da Avó, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar com cinco elementos.**

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VICE-PRESIDENTE observou, que ao longo dos dois últimos anos, e por solicitação dos compradores, a Câmara Municipal foi exercendo o direito de reversão dos lotes em apreço.

Transmitiu, que os lotes vinte e nove e quarenta e seis da Urbanização do Vale Bispo, na Barrosa, face aos encargos que a Câmara Municipal teve com a aquisição e com os processos de registo, entre outros, apresentam um valor superior aos quinze euros por metro quadrado, sendo respetivamente considerados os montantes de sete mil, quinhentos e trinta e três euros e noventa e cinco centimos e sete mil, cento e nove euros e setenta e seis centimos como base de licitação.

Acrescentou, que embora a informação elaborada pela Subunidade Orgânica de Património preveja também o lote quarenta e sete naquela exceção, apresentando um valor de seis mil, trezentos e dez euros e noventa e dois centimos, este valor situa-se, ainda assim, abaixo dos quinze euros por metro quadrado, pelo que propôs que a respetiva base de licitação se situe neste montante.

Referiu, que a base de licitação da garagem número vinte e seis da Urbanização do Sapal de Entre Águas, no Porto Alto, se situa nos dez mil e quinhentos euros, em



virtude de já existir edificação e ter sido esse o valor que a Câmara Municipal pagou pela reversão do lote.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta para realização de hasta pública, que deve ser publicitada por edital.

### **03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes**

#### **03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais**

##### **Ponto 6 – EMPREITADA DE: “ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE A E.N. 118-1 E A E.M. 515 (2.ª FASE) - BARROSA”**

##### **\* REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA - APROVAÇÃO**

Processo n.º 4.1.1/07-2010

Adjudicatário: CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.

##### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 41/2012, de 14 de fevereiro**

Efetuada o cálculo da revisão de preços definitiva da empreitada em referência e a que se reporta a informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 24/2012, de 25 de janeiro, foi, em cumprimento do despacho Superiormente exarado em 2012-01-26, remetida cópia ao empreiteiro, através do ofício n.º 654, de 2012-02-02, para ao abrigo do art. 100.º do C.P.A., se pronunciar sobre o mesmo.

Em 2012-02-07 registou-se a receção de fax do adjudicatário, com registo de entrada n.º 2.160, de 2012-02-10, no qual refere concordar com o cálculo da revisão de preços definitiva, referente à empreitada mencionada em epígrafe.

Em face do exposto, submete-se o valor da revisão de preços definitiva, no valor de **7.145,88 €** ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, à aprovação Superior, para que os serviços tomem posteriormente os procedimentos necessários ao seu processamento e liquidação, uma vez que o valor referente à revisão de preços provisória não chegou a ser objeto de liquidação.

À consideração Superior

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, Engenheira Civil*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a revisão de preços definitiva, no montante de 7.145,88 € (sete mil, cento e quarenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

##### **Ponto 7 – EMPREITADA DE: “EXECUÇÃO DE PASSEIOS NAS FREGUESIAS DE BENAVENTE E SAMORA CORREIA”**

##### **- AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA / A CONHECIMENTO**

Processo n.º 4.1.5/04-2011

Adjudicatário: PAULO & FILHOS, SA

Concluída a obra mencionada em epígrafe, procedeu-se, nos termos do artigo 395.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de março, à vistoria dos trabalhos executados pelos representantes da Câmara Municipal e com a assistência do representante do empreiteiro.

Verificando-se, pela vistoria realizada, que a obra estava em condições de ser recebida, considerou-se efetuada a sua receção provisória, de acordo com o respetivo Auto de Receção Provisória datado de 2012-02-03 o qual se submete a conhecimento.

### **AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA**

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de passeios nas freguesias de Benavente e Samora Correia”**, adjudicada à firma “PAULO & FILHOS, S.A.”, no valor de **8.990,03 € (oito mil, novecentos e noventa euros e três cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 18 (dezoito) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho Superior exarado em vinte e dois de novembro de dois mil e onze, compareceram os Srs. Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Vereador, José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, Engenheiro Civil, na qualidade de representantes do Dono da Obra e o Sr. Manuel Paulo Carreira, na qualidade de representante do Adjudicatário, a fim de procederem ao exame e vistoria de todos os trabalhos que constituem a empreitada.

Tendo-se verificado que,

- foi observado o cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro;
- o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição foi alterado na fase de execução da obra, por não se ter verificado o previsto em fase de projeto e referente à produção de RCD – código LER – 17 05 04, em resultado de se terem adotado metodologias e práticas por forma a minimizar a produção de RCD, conforme declaração em anexo;
- concluída a obra, a área de intervenção foi objeto de uma limpeza geral;

foi considerada a obra em condições de ser recebida provisoriamente, iniciando-se deste modo o prazo de garantia de 2 (dois) anos, nos termos do definido pela cláusula 45.º do Caderno de Encargos.

Pelo Sr. Manuel Paulo Carreira, na qualidade de representante da firma adjudicatária, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção Provisória, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 395.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de março, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Vereador – C.M. Benavente*  
*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, Engenheiro Civil – C.M. Benavente*  
*Manuel Paulo Carreira - Representante do empreiteiro*

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

**Ponto 8 – EMPREITADA DE: “RECONSTRUÇÃO DO JARDIM DA FATEIXA - BENAVENTE”**

**- AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA / APROVAÇÃO**

Processo n.º 4.1.5/01-2010

Adjudicatário: COSTA & LEANDRO, LDA

Concluída a obra mencionada em epígrafe, procedeu-se, nos termos do artigo 395.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de março, à vistoria dos trabalhos executados pelos representantes da Câmara Municipal e com a assistência do representante do empreiteiro.

Verificando-se, pela vistoria realizada, que a obra estava em condições de ser recebida, considerou-se efetuada a sua receção provisória, de acordo com o respetivo Auto de Receção Provisória datado de 2012-02-07 o qual se submete a aprovação.

**AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA**

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Reconstrução do jardim da Fateixa - Benavente”**, adjudicada à firma “COSTA & LEANDRO, Lda.”, no valor de **149.867,37 € (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete euros e trinta e sete cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do Auto de Consignação, por deliberação da Câmara Municipal de Benavente em reunião ordinária realizada em onze de outubro de dois mil e dez, compareceram os Srs. Carlos António Pinto Coutinho, Vereador e Maria Manuel Couto Silva, Engenheira Civil na qualidade de representantes do Dono da Obra e o Sr. Fernando António da Silva Grosso, Engenheiro Técnico Civil, na qualidade de representante do Adjudicatário, a fim de procederem ao exame e vistoria de todos os trabalhos que constituem a empreitada.

Tendo-se verificado que,

- foi observado o cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro;
- o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição foi corretamente executado de acordo com o previsto em fase de projeto no que se refere à produção de RCD, tendo os mesmos sido totalmente reaproveitados conforme Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, em anexo;
- concluída a obra, a área de intervenção foi objeto de uma limpeza geral;

foi considerada a obra em condições de ser recebida provisoriamente, iniciando-se deste modo o prazo de garantia de;

- ✓ **5 (cinco) anos** para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
- ✓ **5 (cinco) anos** para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais;
- ✓ **2 (dois) anos** para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis;
- ✓ **1 (um) ano** para trabalhos de plantações de sementeiras;

nos termos do definido pela cláusula 45.ª do Caderno de Encargos.

Pelo Sr. Fernando António da Silva Grosso, Engenheiro Técnico Civil, na qualidade de representante da firma adjudicatária, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção Provisória, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 395.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de março, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

*Carlos António Pinto Coutinho, Vereador – C.M. Benavente*

*Maria Manuel Couto Silva, Engenheira Civil – C.M. Benavente*

*Fernando António da Silva Grosso, Engenheiro Civil - Representante do empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o presente auto de receção provisória.

**Ponto 9 – EMPREITADA DE: “CONSTRUÇÃO DA SEDE DO RANCHO FOLCLÓRICO “SAMORA E O PASSADO”  
- CONTA DA EMPREITADA / A CONHECIMENTO**

Processo n.º 4.1.2/09-2009

Adjudicatário: CONSPRONEL – Construção Civil e Projetos, Lda.

Submete-se a conhecimento do Executivo a Conta da empreitada mencionada em epígrafe, a qual mereceu concordância por parte da firma adjudicatária, e que a seguir se transcreve o Termo de Aceitação.

Data: 2012-01-20

**Conta da Empreitada  
Termo de Aceitação e Aprovação**

**ACEITAÇÃO**

Analizada a conta da Empreitada, traduzida nos documentos em anexo e da qual se poderá inferir em síntese,

Valor da Adjudicação s/ IVA	82.507,75 €
Trabalhos a Mais s/ IVA	3.917,00 €
Trabalhos a Mais de Natureza Prevista	
Trabalhos a Mais de Natureza Imprevista	3.917,00 €
Trabalhos a Menos s/ IVA	4.156,20 €
(*) Revisão de Preços	2.302,78 €
Custo Final da Obra s/ IVA	84.571,33 €
Valor do IVA	5.074,28 €
Custo Final da Obra c/ IVA	89.645,61 €

Revisão de Preços: Definitiva

O direito à revisão de preços não caduca nas situações previstas pelo n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

O adjudicatário - Conspronel - Construção Civil e Projetos, Lda., representado pela Sr<sup>a</sup> Cristina Margarida Pais Martins dos Santos Marques de Oliveira, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 401.º do CCP, manifesta-se concordante com a mesma, pelo que considera cumprido o respetivo contrato, não deduzindo por consequência qualquer reclamação.

Cristina Margarida Pais Martins dos Santos Marques de Oliveira, Representante do Empreiteiro

#### APROVAÇÃO

Verificada a aceitação por parte do adjudicatário da Conta da Empreitada, a mesma é aprovada por,

Despacho

António José Ganhão, Presidente da Câmara

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

### **03.06- Conservação, Manutenção e Limpeza Urbana**

#### **Ponto 10 – MANUTENÇÃO DE PALMEIRA NA URBANIZAÇÃO DO PORTÃO DE FERRO, EM BENAVENTE**

##### Informação

Face à reclamação do munícipe quanto à palmeira existente em frente da sua casa, que propunha o seu eventual abate por poder vir a danificar mais o muro do lote, foi vistoriado o local e verificada a situação.

Tendo em conta que se trata de uma árvore com cerca de 20 anos e de grande porte, cujo abate não será por isso desejável, propôs-se em alternativa proceder à forte poda da árvore de modo a desobstruir a fachada da moradia e também abrir uma vala no canteiro, com cerca de 1m de profundidade, entre a árvore e o muro da casa, de modo a cortar eventuais raízes que possam estar a afetar o muro – ao que o munícipe acedeu.

Propõe-se por isso a realização de tais trabalhos pela Recolte no âmbito do contrato de manutenção de espaços verdes.

À consideração superior.

Benavente, 10 de fevereiro de 2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

### **04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento**

#### **04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares**

**DELIBERAÇÃO FINAL DO PEDIDO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 23.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

**A CONHECIMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos exarados pelo Vereador, Sr. Miguel António Duarte Cardia, cujos teores abaixo se transcrevem, em:

09-02-2012

**Ponto 11 – LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES / ARMAZÉM**

Processo n.º 498/2011

Requerente: BCS Portugal Máquinas Agrícolas, Lda.

Local: E. N. 118 – Km 45,500, Benavente

Teor do Despacho: *“Homologo, dispensando nos termos propostos, deferindo o pedido de licença administrativa.”*

**Ponto 12 – RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA SERVIÇOS**

Processo n.º 1107/2011

Requerente: CIBEN IT and Business Solutions, S.A.

Local: Valverde, Benavente

Teor do Despacho: *“Homologo e defiro, nos termos propostos.”*

**Ponto 13 – CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, GARAGEM E MURO**

Processo n.º 1399/2011

Requerente: Paulo M. M. André – Construções, Lda.

Local: Est. das Vagonetas

Teor do Despacho: *“Homologo e defiro, nos termos propostos.”*

**INFORMAÇÃO PRÉVIA NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

**Ponto 14 – INFORMAÇÃO PRÉVIA - CONSTRUÇÃO NOVA – MORADIA UNIFAMILIAR**

Processo: 93/2012

Requerente: Joly Jumper - Cavalos e Diversão

Local: Herdade de Almada e Toiças, Benavente

**Informação técnica de Gestão Urbanística, de 2012.02.08**

O pedido de informação prévia é relativo à viabilidade de construção de moradia de apoio à atividade agropecuária, numa parcela de terreno com 90 000m<sup>2</sup>, registada na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3064/20090123, localizada na Herdade de Almada, concelho de Benavente.

A pretensão enquadra-se no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com posterior alteração, pelo que recai no pedido de informação prévia.

Analizado pedido, cumpre-nos informar:

1. Registam-se os seguintes processos antecedentes:

1.1. Processo n.º 325/2009, referente ao Pedido de Informação Prévia, aprovado em 22 de julho de 2009, em nome de Filipa da Palma Carlos Alves da Costa;

1.2. Processo n.º 1892/2009, referente ao pedido de licença administrativa para a construção de anexos destinados ao aproveitamento agropecuário, em nome da empresa requerente, o qual se encontra em tramitação nestes serviços.

2. O local onde se pretende intervir, de acordo com as plantas de localização apresentadas, da responsabilidade da requerente, insere-se em **Espaço Agrícola, Área agrícola não incluída na Reserva Agrícola Nacional**, nos termos do Plano Diretor Municipal de Benavente, publicado na I.ª Série – B, do Diário da República n.º 282/95, de 07 de dezembro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/95), com posteriores alterações e correspondentes Cartas de Ordenamento e Condicionantes.

3. Compulsados os elementos entregues, verifica-se se pretende erigir uma moradia com sótão, com uma área de implantação e construção de 250m<sup>2</sup>, uma cerca de 2.90m e com 50 metros de afastamento mínimo aos limites do terreno.

4. Da análise efetuada aos antecedentes e à presente proposta, verifica-se que a área total de construção é a seguinte: construção com mais de 80 anos – 203m<sup>2</sup> + processo em tramitação – 2467.40m<sup>2</sup> + atual proposta – 250m<sup>2</sup> = 2920.40m<sup>2</sup>.

5. Face ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente, conclui-se que:

5.1. O RPDMB, estabelece no seu artigo 32.º que é admitido, a título excecional, o licenciamento de edificação destinada a habitação, em parcela de terreno com área igual ou superior a 4ha. Assim, a proposta carece de decisão Superior sobre o referido carácter de exceção.

5.2. O edifício proposto respeita as disposições regulamentares para uma nova construção em termos de área de utilização e construção, afastamento aos limites do terreno e altura máxima admitida pelo RPDMB.

5.3. Não é indicada a área proposta afeta à implantação da construção, nomeadamente no que concerne a arruamentos; estacionamento e demais áreas pavimentadas.

#### Em conclusão

- Propõe-se que Superiormente seja aferido o carácter de exceção em espaço agrícola para uma nova edificação destinada a habitação.
- Caso Superiormente seja aceite o carácter de exceção referido, emite-se parecer favorável à pretensão, propondo-se a aprovação do presente pedido de Informação Prévia.

À consideração superior.

Cristina Vieira, técnica superior - arquiteta

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, propõe-se que superiormente seja avaliado o carácter excecional da edificação em Espaço Agrícola.  10 Fev. 2012  <b>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião  2012FEV13  <b>O Vereador</b>
--	---

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou, que o presente processo se prende com a intenção de aprovação de informação prévia referente à construção duma moradia com duzentos e cinquenta metros quadrados numa propriedade com nove hectares, área de espaço agrícola, apontando os serviços para a viabilidade da pretensão, em virtude do edificado que existe e do processo de licenciamento que se encontra a decorrer, relativo ao aproveitamento agropecuário duns anexos, pelo que importa definir o caráter de excecionalidade de que se deverá revestir a edificação nesta classe de espaço. Considerando o critério que a Câmara Municipal desde sempre tem adotado, propôs que seja aceite o caráter excecional da edificação e que se aprove o pedido de informação prévia.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade admitir o caráter excecional da edificação em Espaço Agrícola, devendo o processo seguir a tramitação preconizada na presente informação técnica, que se homologa.  
A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **DESTAQUES - ART. 6.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

### **Ponto 15 – CERTIDÃO DE DESTAQUE**

Processo: 1071/2011

Requerente: Vítor Hugo Martins de Oliveira

Local: Estrada Malhada dos Carrascos - Samora Correia

### **Informação técnica de Gestão Urbanística, de 07-02-2012**

Pretende o requerente que lhe seja emitido certidão de destaque de uma parcela de terreno com a área de 238,00 m<sup>2</sup> ao terreno com a área total de 12.750,00 m<sup>2</sup>, sita no lugar acima referido.

Na sequência do parecer do Sr. Chefe da Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento, datado de 31-01-2012, exarado na Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 31-01-2012, cumpre informar:

1. De acordo com o Plano Diretor Municipal de Benavente (PDMB) em vigor, a parcela de terreno em causa insere-se dentro do perímetro urbano em Espaço Urbano, em Área Urbanizada Habitacional, Zona a Reabilitar.

2. A operação de destaque enquadra-se no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, o qual define o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, uma vez que as parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público.

3. A pretensão não contraria as normas estipuladas no Regulamento do PDMB, nem o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

4. Identifica-se assim a parcela a destacar, caracterizada conforme elementos apresentados pelo requerente:

A parcela a destacar, com 238,00 m<sup>2</sup> de área, confronta a:



- Norte – Estrada Malhada dos Carrascos;
- Sul – o próprio (parcela remanescente);
- Nascente – José Martins de Oliveira;
- Poente – o próprio (parcela remanescente).

Face ao exposto, julgamos sem inconveniente o destaque pretendido, pelo que se propõe a emissão da respetiva certidão.

À consideração superior.

Vânia Raquel, Arquiteta

<b>Parecer:</b>	<b>Despacho:</b>
Face ao teor da informação, propõe-se a emissão da correspondente certidão.	À reunião
08 Fev. 2012	2012FEV09
<b>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>O Vereador</b>

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação técnica e, em face da mesma, autorizar o destaque e certificar em conformidade. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO**

### **Ponto 16 – POSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO DE ÁREA CEDIDA AO DOMÍNIO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL POR VIA DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LOTEAMENTO SITO EM SAMORA CORREIA, RUA DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS / ALTERAÇÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO**

Requerimento OP/21411/2005 - Loteamento

**Presente para análise após visita do Executivo ao local**

**Informação n.º 6/2012, de 5 de janeiro**

Por determinação do Vereador responsável pela área do Urbanismo e Edificação (VUE), que nos conduziu ao local epigrafado a fim de nos inteirar da situação em concreto, foi-nos solicitado que informássemos sobre a possibilidade de se vedar área cedida ao domínio público por via de operação urbanística de loteamento.

Neste contexto, cumpre-nos informar:

**1.** Os terrenos cedidos à Câmara Municipal por via de operações urbanísticas de loteamentos têm finalidades específicas como é sobejamente sabido por aquele órgão.

**2.** Caso essa finalidade não venha a ser concretizada ou haja a mutação do fim da parcela cedida, o loteador poderá fazer apelo ao direito de reversão.

3. Contudo, não há limite temporal para a execução específica do fim almejado pela Câmara Municipal aquando da aceitação do espaço cedido para o domínio público.

4. Como qualquer outra pessoa, a Câmara Municipal tem os mesmos direitos e deveres que um outro qualquer proprietário goza relativamente a imóveis que lhe pertençam por via do direito da propriedade, tal como fixa o art. 1305.º do Código Civil, que textualmente estabelece: *“O proprietário goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas.”*

5. Além do mais, nos termos do art. 64.º/2, al. f) da LAL1, cabe à Câmara Municipal *“Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal”*.

6. A colocação de uma rede metálica que serve de vedação de parcela de terreno destinado a caminho público na sequência de cedência obrigatória ao domínio público municipal não lhe retira a sua natureza concreta nem lhe altera a dominialidade, desde que não sirva para exteriorizar que a Câmara Municipal desistiu ou alterou a fim a que aquela se destinava.

7. Consultado o pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 58/1989 com o apoio da Técnica Arq.<sup>3</sup> Henriqueta Reis, afeta ao Planeamento Urbanístico, verifica-se que se mantém a natureza da área em causa. Isto significa que os 286,50m<sup>2</sup> cedidos à Câmara Municipal pelos primitivos loteadores não foi alvo de qualquer alteração, mantendo-se, assim, como área cedida para o domínio público. Isso mesmo decorre da leitura das peças desenhadas que se juntam a esta informação dela passando a fazer parte integrante, mormente da 1 – Levantamento Topográfico [relativo à situação existente aquando da emissão do alvará 58/89] e 5 – Planta de Cedências [relativo já à alteração do loteamento e respetivo alvará].

**Em conclusão:** Nos limites do antes dito e com base no que se apurou, é possível a colocação da dita vedação pela Câmara Municipal, porque se contém nos poderes conferidos pelo direito de propriedade e dominialidade.

Helena Machado, Técnica Superior

Despacho do Senhor Presidente: *Ao Vereador Miguel Cardia.*

Despacho do Senhor Vereador do Pelouro: *À reunião. 2012JAN10*

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA transmitiu a sua opinião e sensibilidade pessoal, de que atualmente, da forma como aquela parcela se apresenta relativamente à envolvente, quer à alteração do loteamento, quer à urbanização adjacente, lhe parece que não serve o interesse público e, portanto, não vê que advenha qualquer vantagem em estar disponível e aberta à utilização pública, Acrescentou, que embora apontando a informação do Apoio Jurídico para aquela possibilidade, ainda que não perdendo as características da dominialidade pública

---

<sup>1</sup> Lei das Autarquias Locais - Aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias e alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

para as quais foi criada e cedida à Câmara Municipal, julga que, no imediato, não haverá qualquer vantagem para o interesse público em que aquele espaço esteja aberto ao público.

No entanto, tomou boa nota da sugestão dada no local pela Senhora Vereadora Ana Casquinha, parecendo-lhe também que, complementarmente à decisão que a Câmara Municipal possa tomar relativamente à situação no imediato, se equacione a melhor forma de analisar com os serviços técnicos e, eventualmente, com os proprietários adjacentes, a possibilidade de aquela área poder vir a ser de natureza privada do domínio municipal e reconvertida em propriedade privada ou, em alternativa, quando se julgue necessário e em virtude da densificação dos oito lotes que estão previstos e do reporte que seja transmitido à Câmara Municipal dos moradores que ali se vierem a instalar, que o Executivo possa abrir aquele corredor como acesso pedonal.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE afirmou, que está em causa uma cedência ao domínio público que crê ter mais de vinte anos, com o objetivo de que o vizinho confinante pudesse, à época, ceder mais cinco metros a uma parcela com a largura de três metros e, dessa forma, a Câmara Municipal constituir ali um arruamento público. Crê que, à data, ainda não existiam na envolvente aquelas urbanizações, tratando-se duma perspetiva de vir a definir a construção dum arruamento de ligação da Rua dos Operários Agrícolas com a Rua dos Álamos.

Contudo, face às dinâmicas entretanto ocorridas com os vários loteamentos que vieram a ter lugar naquele espaço, essa possibilidade foi, de certa forma, inviabilizada. Julga que importa contactar o Senhor António Brardo, proprietário confinante, e saber se ele mantém a disponibilidade para a cedência dos cinco metros para a construção do arruamento.

Acrescentou, que se eventualmente o município não estiver disponível, e até porque a dimensão do lote lhe parece ser já exígua para se poder vir a constituir ali um novo arruamento, crê que deve ser registada a opinião manifestada por um dos proprietários que fizeram a cedência daquele terreno para o espaço público, que estava disponível a aceitar que a Câmara Municipal pudesse avançar no sentido de vender aquela área de terreno, eventualmente ao Senhor António Brardo, e com o valor apurado fazer algum investimento público.

Propôs, que o Senhor Vereador Miguel Cardia encete contactos com o Senhor António Brardo, para a Câmara Municipal poder clarificar a situação.

**Nesta altura da reunião apresentou-se, para nela participar, a Senhora Vereadora Ana Casquinha, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar com seis elementos.**

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA observou, que a situação se manterá tal como está, desencadeando-se os mecanismos de conversação no sentido de obter a disponibilidade do Senhor António Brardo.

Alertou para o facto de que uma eventual alteração da figura daquela parcela de terreno apenas é possível através duma alteração do alvará de loteamento, a qual tem que ser desencadeada por um dos proprietários.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, e após visita da Câmara Municipal ao local, aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **Ponto 17 – LICENCIAMENTO / OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO / JUNÇÃO DE DOCUMENTOS**

Processo: 1221/2011

Requerente: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Salvaterra de Magos, CRL

Local: Olival Basto, E.M. 515, Benavente

### **Informação técnica EMAP, de 07-02-2012:**

Na sequência da nossa anterior informação datada de 2011-11-16, a requerente apresenta:

- exposição manifestando a sua discordância relativamente à intervenção na zona confinante com a EM 515 e, nova memória descritiva e justificativa e declaração da equipa multidisciplinar (registo de entrada n.º 685 de 2012-01-16);
- nova planta de síntese (registo de entrada n.º 1682 de 2010-02-02).

Analizada a pretensão, cumpre-nos agora informar de que:

Os elementos recentemente apresentados respondem ao solicitado na anterior informação técnica, homologada por despacho Superior e ao acordado entre os Vereadores Miguel Cardia e Manuel dos Santos e, representante da requerente, em reunião realizada no passado dia 1 no local de intervenção da operação de loteamento.

Podemos dizer que,

#### *1. Proposta*

A proposta incide sobre a área de 3.968,75m<sup>2</sup>, de um terreno com a área total de 4.516,20m<sup>2</sup>, permanecendo 547,45m<sup>2</sup> como área remanescente.

Prevê a constituição de 9 lotes, destinados a habitação unifamiliar e respetivos anexos/garagens de apoio.

Prevê ainda a cedência ao domínio público municipal de 1.633,55m<sup>2</sup> de área destinada a arruamento (incluindo via, passeios e estacionamento).

Não é proposta área de cedência destinada a espaços verdes e de utilização coletiva, nem área de cedência destinada a equipamento de utilização coletiva.

#### *2. Localização face ao PDM*

O terreno a lotear insere-se, de acordo com o Plano Diretor Municipal de Benavente (PDMB), em Espaço Urbanizável, Área Urbanizável Habitacional, Zona Programada.

A urbanização nesta área está condicionada ao definido nos artigos 18.º e 12.º (este por remissão do artigo 19.º) e ainda 84.º do Regulamento do Plano.

#### *3. Envolvente*

Na envolvente próxima existem edificações dispersas, utilizadas maioritariamente, para habitação.

#### *4. Análise do Planeamento Urbanístico*

Do ponto de vista do ordenamento do território e, na generalidade, não se vê inconveniente na proposta apresentada.

A tipologia prevista enquadra-se no local.

### 5. *Análise da Arquitetura*

O projeto apresentado respeita o definido no PDMB, para a classe e categoria de espaço onde se insere.

Atinge-se na globalidade a densidade de 20fogos/ha, o índice de ocupação de 2,25 e o índice de utilização de 0,44.

Relativamente ao definido na Portaria n.º 216-B/2008, regista-se a ausência de 252,00m<sup>2</sup> de área destinada a espaço verde e de utilização coletiva e de 315,00m<sup>2</sup> de área destinada a equipamento de utilização coletiva.

O n.º 4 do artigo 44.º do decreto-Lei n.º 555/99, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, especifica que *“Se o prédio a lotear já estiver servido pelas infraestruturas ... ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio, ..., não há lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou espécie, nos termos definidos em regulamento municipal”*.

Face à localização e características da operação de loteamento e, às áreas de cedência em causa, consideramos que poderá vir a ser aceite a sua compensação em numerário, tal como proposto pela requerente.

Recordamos que, em reunião camarária de 2011-08-08, em sede de pedido de informação simples, o Executivo manifestou a intenção de aceitar a compensação em numerário pelas áreas de cedência em falta, tendo em conta as perspetivas para os terrenos fronteiros objeto de pedidos de licenciamento de operações de loteamento em tramitação.

Registe-se que, no passado dia 1 os Vereadores Miguel Cardia e Manuel dos Santos e, representante da requerente acordaram na forma de ligação do novo arruamento proposto à EM 515. Esta traduz-se apenas, na colocação de um contra lancil que delimitará o pavimento betuminoso da nova via, fazendo a concordância com a estrada municipal.

### 6. *Análise da Arquitetura Paisagista*

Perante o acordado relativamente à ligação à EM 515, não haverá intervenção paisagística.

### 7. *Análise da Engenharia*

Mantêm-se as observações registadas na anterior informação datada de 2011-11-16, a considerar quando da elaboração dos projetos das várias especialidades que integrarão a comunicação prévia das obras de urbanização.

### **Apreciação Final:**

Deixamos à consideração Superior a confirmação da intenção anteriormente manifestada de aceitar a compensação em numerário pelas áreas de cedência em falta, destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e a equipamento de utilização coletiva, nos termos definidos no Regulamento de Taxas do Município de Benavente.

Caso esta se verifique, deverá ser efetuado o respetivo cálculo.

Deverá a requerente efetuar o seu pagamento, sem o que não podemos propor o deferimento do pedido de licenciamento da operação de loteamento.

À consideração Superior.

A coordenadora da EMAP, Maria Henriqueta Reis, arquiteta

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre a aceitação de compensação em numerário, dada a ausência de áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva, podendo o processo seguir a tramitação preconizada.  10 Fev. 2012  <b>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião   2012FEV13  <b>O Vereador</b>
---	---

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA observou, que o processo em apreço esteve presente na reunião do Executivo de oito de agosto do ano transato, em sede de pedido de informação simples, em que a Câmara Municipal manifestou a intenção de aceitar a compensação em numerário pelas áreas de cedência em falta, tendo em consideração que para terrenos próximos, há pedidos de licenciamento de operações de loteamento ainda em tramitação, com áreas muito generosas para verdes e espaços de utilização coletiva.

Nessa conformidade, a proposta que ora é apresentada prevê a constituição dos nove lotes, a cedência para o domínio público municipal de mil, seiscentos e trinta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, área destinada a arruamento, cuja aceitação propõe.

À semelhança do que já foi deliberado em agosto de dois mil e onze, propôs que a Câmara Municipal manifeste a intenção de aceitar a compensação em numerário pelas áreas em falta.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **AVERBAMENTO DE PROCESSO DE OBRAS EM NOME DE NOVO TITULAR**

### **A CONHECIMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho exarado pelo Vereador, Sr. Miguel António Duarte Cardia, cujo teor abaixo se transcreve, em:

13-02-2012

**Ponto 18 – CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR / AVERBAMENTO DE EMPREITEIRO E DIRETOR DE OBRA**

Processo n.º 1399/2010

Requerente: César Manuel Santos da Silva

Local: Vila Nova de Santo Estêvão, 60, Santo Estêvão

Teor do Despacho: “*Defiro.*”

**INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

**CONCLUSÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 20 de fevereiro de 2012

O Vice-Presidente da Câmara, Carlos António Pinto Coutinho

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

**Ponto Extra 1 - CONCLUSÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO**

Processo n.º 382/2011

Requerente: Delta-Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaias, Lda.

Local: E N 10 - Porto Alto - Samora Correia

**Informação técnica de Gestão Urbanística, de 16-02-2012**

Através do requerimento com o registo de entrada n.º 2171/2012, de 10/02, a requerente solicita o cancelamento da caução, destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização e prestada mediante a entrega da garantia bancária n.º 72005979560, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arruda dos Vinhos e entregou os seguintes elementos:

- livro de obra,
- documento comprovativo da receção da remodelação da rede por parte da EDP,
- documento comprovativo da receção da intervenção sobre as linhas telefónicas existentes parte da Portugal Telecom

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Em resultado da análise efetuada aos elementos entregues e ao processo, cumpre informar:

1 – Para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, encontra-se valida a garantia bancária n.º 72005979560, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arruda dos Vinhos, no valor de 100 432,24 € (cem mil euros, quatrocentos e trinta e dois euros e vinte cêntimos);

2 – Hoje, dia 16 de fevereiro, foi efetuada visita ao local, e verifiquei que as obras de urbanização se encontram concluídas,

3 – Que a obra foi objeto de vistoria por parte da Estradas de Portugal – Delegação Regional de Santarém, em 20/12/2011, tendo a requerente anexado ao presente processo, uma cópia do auto de receção provisória da Construção de Acesso – EN 10 ao km109+140 – Lado Direito,

4 – Que a requerente entregou documento comprovativo do auto de entrega e de a receção provisória da remodelação da rede elétrica por parte da EDP;

5 – Que a requerente entregou documento comprovativo da receção da intervenção sobre as linhas telefónicas existentes parte da Portugal Telecom;

6 – Que a requerente entregou o livro de obra;

7 – Que apesar de ter sido solicitado a entrega do termo de responsabilidade pela execução da obra emitido pelo diretor técnico da obra, este não foi entregue, porém consultado o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 e suas alterações, não foi confirmada a obrigatoriedade da sua entrega;

8 – Que no âmbito da presente operação urbanística, não é cedida qualquer área ao Município de Benavente, sendo da responsabilidade da requerente a manutenção/reparação/beneficiação das obras de urbanização licenciadas através do alvará de obras de urbanização n.º 160/2011, de 30 de agosto.

Face ao exposto, proponho:

- Que se considere que as obras de urbanização se encontram executadas, de acordo com os projetos aprovados pela Câmara Municipal de Benavente, condições expressas no respetivo auto, em anexo, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 e suas alterações;
- Que seja libertada a caução, prestada mediante prestada mediante a entrega da garantia bancária n.º 72005979560, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arruda dos Vinhos.

Vasco Feijão, Técnico Superior - engenharia

**Auto de Vistoria  
Obras de Urbanização**

**Construção de Acesso – EN 10 ao km109+140 – Lado Direito – Porto Alto**



Aos dezasseis dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos referentes às obras de urbanização correspondentes à Construção de Acesso – EN 10 ao km109+140 – Lado Direito, em nome de Delta – Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaias, Lda., Fatem – Máquinas Empilhadores, Tratores e Autobetoneiras, Lda., sito na – EN 10 ao km109+140 – Lado Direito - Porto Alto, com Alvará de Obras de Urbanização n.º 160/2011, de 30 de agosto, os Srs. Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Vereador e Vasco Monteiro Feijão, Técnico Superior – Engenheiro Civil, na qualidade de representantes da Câmara Municipal de Benavente, a fim de procederem, na presença do representante do promotor, Eng.º Joaquim Soares, à vistoria dos trabalhos efetuados no âmbito das obras de urbanização.

No decurso da vistoria verificou-se que as obras de urbanização se encontram executadas de harmonia com o preconizado nos projetos e demais condições acordadas em obra, não apresentando deficiências, deteriorações por motivos imputáveis ao promotor.

Não são elaborados os autos de receção provisória e definitiva das obras de urbanização, uma vez que estas serão de uso privativo do promotor e consequentemente da sua responsabilidade a sua conservação.

E reconhecendo-se nada haver para tratar foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual, depois de lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

<b>Parecer:</b> Face ao teor da informação, conclui-se que as obras de urbanização se encontram executadas, propondo-se que seja libertada a caução em referência.  17Fev.2012  <b>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b> À reunião (ponto-extra)  2012FEV17  <b>O Vereador / Presidente</b>
---	---

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou, que o processo em apreço mereceu, em termos urbanísticos na Câmara Municipal e em concordância com o gabinete técnico do requerente, a classificação de licenciamento de obras de urbanização, porquanto é uma situação muito peculiar, não havendo outra forma de a catalogar em termos de operação urbanística, tratando-se, em bom rigor, de um misto de três intervenções em infraestruturas diferentes (autorização/licenciamento da Estradas de Portugal para o acesso; alteração do traçado da rede de infraestruturas telefónicas e alteração do traçado da rede de infraestruturas elétricas).

Acrescentou, que as obras estão executadas, a Estradas de Portugal recebeu provisoriamente as infraestruturas para o domínio público rodoviário, a EDP para a sua posse e a Portugal Telecom, que até já está a explorar a rede, confirma que a mesma está em condições.

Transmitiu, que conversou há pouco com o Senhor Diretor de Estradas de Santarém, porque lhe suscitava uma pequena dúvida residual sobre a retenção dos dez por cento da caução, em virtude do facto de que tendo havido um licenciamento específico da Estradas de Portugal e, portanto, um processo que decorreu paralelamente, no qual a Câmara Municipal apenas tomou como bons quer o comprovativo do título para intervenção no domínio público rodoviário, quer agora o documento da receção provisória. Referiu, que o Senhor Diretor de Estradas de Santarém lhe disse que,

efetivamente, se trata de um processo paralelo que corre totalmente pela Estradas de Portugal, sendo que a requerente terá que caucionar diretamente junto desta, o valor necessário para garantir as infraestruturas até à receção definitiva por aquela entidade.

Propôs, que a Câmara Municipal homologue a presente informação e, nessa conformidade, liberte a caução que foi apresentada e, segundo informação de que dispõe, se pretende venha a servir, no imediato, para o deferimento do licenciamento que já está a decorrer para o prolongamento da rua que sai da Urbanização Porto Belo para as traseiras das instalações do Modelo/Continente.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **ORDENAMENTO DE TRÂNSITO**

### **Ponto 19 – OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA / ORDENAMENTO DO TRÂNSITO**

Processo: 1035/2011

Requerente: Nortamérica, Imobiliária, Lda.

**Local:** Rua Almirante Cândido dos Reis - Samora Correia

#### **Informação Técnica de Trânsito e Toponímia, de 08-02-2012:**

1. Através de despacho, o Sr. Vereador Miguel Cardia, solicitou «...*estudo e proposta alternativa à que consta...*», na informação da Fiscalização, datada de 17-01-2012, a qual se transcreve:

*«Por solicitação do Sr. Vereador Manuel dos Santos, relativamente em estabelecer contacto com o requerente para recuar tapume na zona confinante com o local mencionado em epígrafe, deslocámo-nos ao local no dia 11 janeiro, cumprindo informar:*

*- Verificou-se que a ocupação da via pública está devidamente licenciada com o alvará n.º 168/2011 com área de ocupação de 60 m x 1 m, válida até ao dia 10 de setembro de 2012.*

*- O tapume em causa tem causado dificuldades de circulação aos veículos que ali passem, tendo inclusive dado alguns toques com as viaturas naquele local.*

*- Contactou-se o requerente para recuar o tapume no qual nos foi dito que não era possível em virtude irem começar os trabalhos exteriores e que necessitavam do espaço a ocupar por andaimes.*

*- Assim a única solução será retirar o trânsito do Troço da Rua Almirante Cândido dos Reis entre a Rua Movimento das Forças Armadas e a Rua Manuel dos Santos Gonçalves (...).*

2. Em cumprimento de despacho Superior, procederam os serviços técnicos à elaboração da seguinte proposta alternativa:

- Em visita ao local, constatou-se que a Rua Almirante Cândido dos Reis, no troço compreendido entre a Rua 5 de Outubro e a Rua Dr. Manuel B. S. Gonçalves, é de um só sentido (sul/norte).
- O troço da artéria é bastante estreito e junto do cruzamento com a Rua Dr. Manuel B. S. Gonçalves, as vias pedonais são muito diminutas.
- No referido cruzamento os ângulos de viragem são muito fechados, sendo complicado a viragem à direita, único sentido possível para quem circula na Rua Almirante Cândido dos Reis e pretenda transitar para a Rua Dr. Manuel B. S. Gonçalves.  
Verificou-se efetivamente que, devido à ocupação da via pública com o tapume da obra supra mencionada, torna-se ainda mais complicado a referida viragem à direita.
- Assim, sugere-se como alternativa à proposta da Fiscalização (trânsito proibido na Rua Almirante Cândido dos Reis, no troço compreendido entre a Rua 5 de Outubro e a Rua Dr. Manuel B. S. Gonçalves), a colocação de sinalização vertical de proibição de virar à direita, junto ao cruzamento com as duas artérias, conforme planta anexa, explicativa da proposta.  
Sugere-se, no entanto, que o sinal tenha a cor de fundo amarela, indicando sinalização temporária, pois aquando da conclusão da obra, o sinal deverá ser retirado e as condições viárias do local voltarem ao normal.
- Deverá ser dado conhecimento à G.N.R. de Samora Correia, à Junta de Freguesia de Samora Correia e aos Bombeiros Voluntários de Samora Correia.

Submete-se à consideração Superior, a decisão a tomar.

Sofia Pinheiro, arquiteta

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  10 Fev. 2012  <b>O Chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião  2012FEV10  <b>O Vereador</b>
---	---

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou, que a informação em apreço se prende com um sinal vertical de proibição de virar à direita que os serviços propõem que seja implementado, com caráter provisório, enquanto decorrerem as obras no edifício a norte do Palácio do Infantado, em Samora Correia, e durante o tempo estritamente necessário à ocupação que, neste momento, ainda subsiste da via pública com os tapumes.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação técnica e aprovar a proposta nela contida, dando conhecimento da mesma à G.N.R. de Samora Correia, à Junta de Freguesia de Samora Correia e à Associação Humanitários dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia.

## 05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo

### 05.02- Educação

#### **Ponto 20 - EXTENSÃO DE HORÁRIO DA COMPONENTE SOCIOEDUCATIVA E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA N.º 1 E N.º 2 DE PORTO ALTO - ANO LETIVO 2011-2012**

Requerente: Associação de Pais do Porto Alto

#### **Informação D.M.C.E.T. n.º 015 /2012, de 13 de fevereiro**

Atendendo que o horário de funcionamento dos Jardins de Infância da rede pública do Município de Benavente, integrando a componente letiva e de apoio à família, não responde de forma eficaz à necessidade das famílias, submeteu-se à Câmara no dia 21.12.2009, alterado a 19-09-2011, a proposta de Acordo de Colaboração que visa a implementação de extensões de horário nos Jardins de Infância de Porto Alto.

Entre outras, definiu-se como obrigações da Câmara Municipal de Benavente - CLÁUSULA QUINTA, suportar os encargos relativos à comparticipação mensal das crianças, de acordo com o posicionamento do escalão da Segurança Social.

<b>Escalões</b>	<b>Valor mensal</b>	<b>Janeiro</b>	<b>Total</b>
A	57,50 €	5	287,50 €
B	28,75 €	6	172,50 €
C	0,00 €	14	0,00 €
Total			<b>460,00 €</b>

Face ao exposto, propõe-se a transferência de **460,00 €** (quatrocentos e sessenta euros), relativos ao mês de janeiro, à Associação de Pais do Porto Alto.

À Consideração Superior.

Carina Teles, Técnica Superior

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade transferir para a Associação de Pais do Porto Alto a verba de 460,00 € (quatrocentos e sessenta euros).

#### **Ponto 21 – INSTALAÇÃO DE ANTENA DE TRANSMISSÃO DE TELEMÓVEIS DA REDE TMN**

Processo n.º 5.5.0.

Entidade: Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Samora Correia

Assunto: Envia carta cujo teor se transcreve:

*“No seguimento da nossa carta datada de 28 de dezembro de 2011, cujo assunto se relacionava com o nosso desagrado pela possível instalação de uma antena de transmissão de telemóveis da rede TMN junto da Escola EB 2,3 João Fernandes*

*Pratas em Samora Correia, vimos por este meio informar das diligências que tomamos para esclarecer o assunto e as conclusões a que chegamos.*

*Em primeiro lugar tivemos conhecimento de que não se tratava da instalação de uma nova antena mas da mudança de local de uma antena já instalada e em funcionamento, há cerca de 10 anos, no poste da antena da Rádio Iris, onde aliás se encontra além da referida antena da TMN e da antena da rádio, também uma antena da Vodafone.*

*Assim, embora não nos deixe tranquilos, a verdade é que a mudança de local se refere a uma aproximação de cerca de 50 metros, o que parece não influenciar a exposição a radiações emitidas.*

*Mesmo perante estas evidências decidimos pedir a TMN uma medição de radiações eletromagnéticas, que foram realizadas nos pontos assinalados no relatório que anexamos.*

*Parece-nos, perante este estudo que não temos argumentos válidos para impedir a mudança de local da antena da TMN que vos foi solicitada.*

*Reunimos em conselho Geral com o Agrupamento de Escolas de Samora Correia e todos os presentes ficaram de acordo com o parecer favorável desde que:*

*- Se trate como nos foi informado da mudança de local de uma antena já existente muito próxima da nova localização*

*- A nova antena a instalar mantenha a mesma potência da emissão atual*

*- Que seja respeitada a altura de colocação da antena*

*Vamos continuar atentos e vigilantes, e gostaríamos quando fosse possível de fazer em conjunto com a autarquia, talvez no Conselho Municipal de Educação, uma reflexão sobre a instalação deste tipo de antenas em locais tão sensíveis da povoação como este se verifica junto das escolas.”*

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE recordou, que quando o pedido de instalação de antena de transmissão de telemóveis da rede TMN esteve presente em reunião da Câmara Municipal, o Executivo tomou a decisão de consultar a escola e os pais sobre o licenciamento pretendido.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA propôs, que seja transmitido à entidade requerente que a Câmara Municipal está disponível para aceitar a instalação pretendida, nas condições constantes da posição da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Samora Correia.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA considerou tratar-se duma questão que levanta sempre muita celeuma aos pais e encarregados de educação das escolas espalhadas por todo o País.

Estando a Câmara Municipal na posse do relatório da TMN, que pensa não ter sido devidamente divulgado, convém realçar que foram feitas medições e que o ponto apurado mais desfavorável se situa seiscentas e quatro vezes abaixo dos limites legais, para que os munícipes possam perceber que não se está, nem de perto nem de longe, nos limites legais das emissões de frequência e que, assim sendo, não se está propriamente a pôr em perigo as crianças e jovens.

Julga que compete à Câmara Municipal fazer a divulgação do documento, uma vez que a Associação de Pais e Encarregados de Educação faz referência que, em Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Samora Correia, tomou a decisão de emitir parecer favorável mas, pela sua experiência enquanto mãe e encarregada de educação de alunos em duas escolas do Agrupamento, essa mesma informação não foi devidamente divulgada e seria de toda a conveniência que assim fosse.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE disse, que embora concordando com a difusão do relatório da TMN pelos pais, foi a própria Associação de Pais e Encarregados de

Educação que diligenciou no sentido de o obter, pelo que crê que sendo esta Associação um parceiro da Câmara Municipal, deverá ser estabelecido contacto com a mesma no sentido de apurar da necessidade da colaboração da Autarquia na divulgação do documento.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA afirmou, que bastaria que o relatório fosse afixado na vitrina da sede do Agrupamento de Escolas, ou em cada uma das vitrinas das escolas, e que o mesmo fosse publicitado no site quer do Agrupamento de Escolas, quer da Associação de Pais e Encarregados de Educação.

Crê que tal seria suficiente para qualquer pai que se sinta um pouco desinformado sobre a matéria, possa recolher ali a informação, que acabou por ser difundida apenas pelos membros da Associação de Pais e Encarregados de Educação e pelo Agrupamento e não teve a devida divulgação.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE solicitou à Senhora Vereadora Gabriela dos Santos, que mantém o contacto com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Samora Correia, que diligencie naquele sentido.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2011/2012 – ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO CENTRO ESCOLAR DE PORTO ALTO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente 17 de fevereiro de 2012

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na ordem do dia.

**Ponto Extra 2 - PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2011/2012 – ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO CENTRO ESCOLAR DE PORTO ALTO**

Processo n.º 5.4.0

**Informação D.M.C.E.T. n.º 008/2012, de 25 de janeiro**

Considerando o início do funcionamento do novo Centro Escolar de Porto Alto a partir do próximo dia 30, os alunos que frequentam o edifício velho da EB 1 de Porto Alto transitam para este novo equipamento, num total de 6 turmas em regime de horário normal. Neste sentido, perante a alteração de horário, verificou-se um aumento do número de alunos que pretendem iniciar a frequência das atividades de enriquecimento curricular, traduzindo-se em mais 31 alunos. O quadro seguinte reflete a alteração no que respeita ao Agrupamento de Porto Alto.

	N.º total de alunos	N.º alunos AEC	Entidades Parceiras
<b>Agrupamento Escolas Duarte Lopes</b>			
Centro Escolar	366	<b>239</b>	<b>Academia de Música de Benavente</b>
Benavente n.º 2	72	<b>67</b>	
F. Charneca	18	<b>18</b>	
Barrosa	28	<b>28</b>	
S. Estêvão	79	<b>72</b>	<b>CBESSE</b>
F. Almada	17	<b>16</b>	
<b>Agrupamento Escolas Samora Correia</b>			
Centro Escolar	311	<b>295</b>	<b>ADIC</b> – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Criança
EB 1 Acácias	341	<b>198</b>	<b>SFUS</b> – Sociedade Filarmónica União Samorense
<b>Agrupamento de Escolas de Porto Alto</b>			
Porto Alto n.º 1	103	<b>53</b>	<b>AREPA</b> – Associação Recreativa do Porto Alto
Centro Escolar	132	<b>118</b>	
<b>TOTAL</b>	1467	<b>1104</b>	

À Consideração Superior.

Cristina Gonçalves, Chefe DMCET

Benavente, 23 de janeiro de 2012

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA disse, que a informação em apreço vem ao encontro daquilo que tem defendido ao longo dos tempos, de que os estabelecimentos de ensino básico terem horário a tempo inteiro

aumenta substancialmente o número de alunos que frequentam as atividades de enriquecimento extracurricular.

Obviamente que não se dá por satisfeita, porque sendo verdade que os alunos do Centro Escolar do Porto Alto passaram a ter condições esplêndidas para a aprendizagem, ir-se-á continuar a bater para que todos os estabelecimentos de ensino básico do concelho possam ter as mesmas condições, para que todas as crianças e jovens tenham igualdade de circunstâncias para poder aprender.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE observou, que a Senhora Vereadora Ana Casquinha conhece as diligências que estão em curso para que se concretize esse objetivo.

Acrescentou, que a Câmara Municipal não tem tido ultimamente respostas sobre as candidaturas à Bolsa de Mérito, apesar das diligências encetadas.

No entanto, as candidaturas da Câmara Municipal de Benavente foram das primeiras a entrar e tem-lhe sido transmitido que existem muito boas perspetivas da candidatura quer da requalificação da escola básica número um de Benavente, quer da de Samora Correia, poderem vir a ser aprovadas e, portanto, nesse sentido, o Município poderá ter uma oferta equitativa para todos os alunos.

Referiu, que embora o número total de alunos que frequentam as atividades de enriquecimento extracurricular corresponda já a uma percentagem significativa, a Câmara Municipal quer mais e, apesar de comparativamente com o País ser uma taxa de participação bastante elevada, não se deve sentir satisfeita, pelo que está a fazer todos os esforços para que, efetivamente, a escola a tempo inteiro possa ser uma realidade.

Disse, que espera que no início do próximo ano letivo a Câmara Municipal possa ter já essas condições para todos os alunos; assim existam as decisões que permitam alcançar esse objetivo.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

## **Ponto 22 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA**

### **SENHORA VEREADORA GABRIELA DOS SANTOS**

#### **1- ORGANIZAÇÃO DE CARNAVAL EM SANTO ESTÊVÃO**

Saudou a Sociedade Filarmónica de Santo Estêvão, pela coragem e iniciativa de, mesmo contra ventos e marés e todas as dificuldades que surgiram para a realização do Carnaval, com a retirada da tolerância de ponto na terça-feira, não terem deixado de promover o cortejo, embora numa forma menos participada do que estavam à espera.

### **SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA**

#### **1- ORGANIZAÇÃO DE CARNAVAL EM SANTO ESTÊVÃO / CARNAVAL DE SAMORA CORREIA**

Associou-se às felicitações endereçadas pela Senhora Vereadora Gabriela dos Santos à Sociedade Filarmónica de Santo Estêvão pela organização do Carnaval.



Disse, que daquilo que se pôde constatar desde o início do desencadear do processo do Carnaval em Samora Correia, as coisas não estão propriamente a correr mal, sobretudo no que diz respeito às condições climatéricas, sendo que no passado domingo esteve um excelente dia para o curso carnavalesco.

Felicitou a ARCAS e todos os que, juntamente com ela, facilitam e possibilitam a organização do Carnaval de Samora Correia (que é o melhor e maior Carnaval do Ribatejo), pelo bom trabalho e por não terem desanimado face às dificuldades económicas que o País atravessa e por possibilitarem a todos os que têm tolerância de ponto, festejar um pouco e esquecer a agonia coletiva pela qual se vai passando em fase das dificuldades económicas do País.

Bem-haja à ARCAS por mais uma vez ter tido a coragem de organizar (e tão bem) o Carnaval de Samora Correia.

Na sequência das intervenções dos Senhores Vereadores, o **SENHOR VICE-PRESIDENTE** teceu as seguintes considerações:

### **1- ORGANIZAÇÃO DE CARNAVAL EM SANTO ESTÊVÃO / CARNAVAL DE SAMORA CORREIA**

Crê que sendo o Carnaval de Santo Estêvão um evento mais trapalhão, em que as coisas acontecem à própria da hora, seguramente que o estado de espírito e toda a situação que se viveu em torno da tolerância de ponto poderá ter desmobilizado algumas pessoas e, conseqüentemente, um Carnaval que se assume como tradicional, em que todos participam numa forma espontânea, provavelmente está mais vulnerável.

Acrescentou, que o Carnaval de Samora Correia está a ser um êxito, sendo que toda aquela multidão que no domingo anterior se deslocou até àquela cidade para presenciar o Carnaval foi uma excelente resposta de que, efetivamente, se trata numa tradição que está enraizada e cuja continuidade não pode ser posta em causa.

Referiu, que pela informação que teve, aquele foi o domingo em que houve uma maior receita através do donativo da moeda que se coloca nas caixas, crendo que tal contributo constitui uma forma das pessoas se associarem e defenderem algo que é seu, e é absolutamente decisivo para que o Carnaval de Samora Correia possa ter continuidade no futuro.

Agradeceu a todos os que entendem aquele espírito e tiveram aquela solidariedade para com o Carnaval de Samora Correia e a respetiva organização.

Disse esperar que na próxima terça-feira se verifique novamente uma grande afluência de público a Samora Correia, para poderem presenciar o melhor Carnaval da região.

Seguidamente, o **SENHOR VICE-PRESIDENTE** prestou a seguinte informação:

### **1- 3.º ENCONTRO NACIONAL DE ORIZICULTORES**

Deu nota da realização do 3.º Encontro Nacional de Orizicultores, que ocorreu na Figueira da Foz no decurso da semana anterior.

Disse, que todos têm a noção que a cultura do arroz tem um peso muito grande na agricultura da região, que nos últimos anos têm vindo a aumentar numa forma muito significativa o número de hectares que são cultivados no concelho de Benavente e na lezíria de Vila Franca de Xira e que, face ao que têm sido as boas práticas agrícolas tanto ao nível ambiental como ecológico, a produção tem vindo a aumentar no número de toneladas obtidas por hectare e tem feito do arroz ali produzido um produto de excelência.

Observou, que perante tal quadro, poder-se-ia concluir que a cultura do arroz na área do Município tinha um futuro sem grandes preocupações, quando efetivamente tal não corresponde à realidade.

Afirmou, que o 3.º Encontro Nacional de Orizicultores pôde transmitir um conjunto de preocupações quanto àquilo que é o futuro da cultura do arroz e a sua sustentabilidade, atendendo a vários fatores, sendo um deles a reforma da Política Agrícola Comum, que terá lugar em dois mil e catorze, e em que contrariamente ao que acontecia até aqui, os apoios deixam de ser diretamente à produção, o que irá penalizar a exploração de leite e algumas culturas tais como o tomate e, com muita ênfase, o arroz.

Acrescentou, que no que se refere ao arroz, fala-se em perdas que se poderão situar entre os cinquenta a setenta por cento. Conhecendo o que é hoje a realidade, em que os custos de exploração só podem ser compensados com os apoios que são prestados através das verbas da Comunidade Europeia, uma redução daquelas iria colocar seguramente em causa a sustentabilidade das explorações.

Para além disso, existem ainda outros fatores complicados que não afetam apenas o arroz, mas a generalidade da produção nacional, e que têm a ver com a situação a que se vem assistindo na última década e se prende com a forma como a distribuição se vai fazendo em Portugal, ou seja, a venda ao consumidor alterou-se duma forma perfeitamente inaceitável, existindo hoje dois grupos económicos (Sonae/Continente e Jerónimo Martins/Pingo Doce) que dominam cinquenta por cento do mercado.

Disse, que quem quer colocar produto no mercado tem que negociar com aqueles dois grupos, mas numa relação perfeitamente desigual, dado que quem define as regras do jogo é quem tem poder, e quem o tem são efetivamente aqueles dois grandes grupos económicos.

Observou, que aquilo que era o comércio tradicional e outras formas de comércio conhecidas têm vindo a desaparecer, face à estratégia agressiva daqueles dois grandes grupos, sendo eles que detêm atualmente todo o poder e que praticam um conjunto de estratégias que levam a que a situação da produção nacional, e no caso em concreto, do arroz, seja colocada em muito más condições.

Referiu, que o que hoje em dia se vê nas prateleiras dos supermercados são os produtos da linha branca, havendo um ataque sistematizado às marcas, porque estas identificam qualidade e o consumidor fideliza-se a um produto que pode ser diferenciado e, através da linha branca, procura-se destruir tudo isso.

Deu nota, que embora o grupo Jerónimo Martins tenha uma publicidade no Pingo Doce incentivando a comprar nacional, é nesta altura o quinto maior importador portugueses.

Entretanto, os produtores são obrigados a negociar em condições muito desfavoráveis com aqueles dois grupos, sendo que o arroz é comprado ao produtor a menos de trinta cêntimos o quilo e colocado nas prateleiras do supermercado a cerca de um euro, com uma margem de comercialização muito grande.

Acrescentou, que face à situação de menor consumo, existem ainda estratégias de diferimento dos pagamentos, através da tesouraria criativa, com os problemas que arranjam nas faturas, sendo que nos últimos dois ou três meses conseguiram vinte e dois dias de diferimento.

Transmitiu a sua grande preocupação para com a agricultura local, dado que tanto o arroz como o tomate têm um peso extraordinário, sendo que no caso do tomate, existe também a indústria agroalimentar e, pelas informações de que dispõe, face aos valores que estão a ser propostos para a próxima campanha, há já alguns agricultores que põem em dúvida se continuam a cultivar os terrenos, porque tal não é rentável.

Crê que toda a classe política identifica que o problema está na necessidade de fomentar e aumentar a produção mas depois, no concreto, verifica que aquilo que está consolidado a nível da produção nacional tem esta vulnerabilidade.

Manifestou a esperança de que o Governo do País tenha a sensibilidade necessária para entender o problema e a dimensão que ele tem, e que nas negociações que irá ter na Comunidade Europeia, no âmbito da reforma da Política Agrícola Comum, possa proteger os setores do arroz, do tomate e do leite, sob pena de poderem entrar em colapso, e que também possam tomar as medidas necessárias para que a concorrência desleal que se faz, hoje em dia, através dos grandes grupos económicos onde a distribuição é feita, seja regulamentada.

Observou, que apesar de haver uma Autoridade para a Concorrência, o que sucede é que as multas são de pouca monta e qualquer processo leva cerca de dois ou mais anos a ser concluído.

Crê que a Câmara Municipal deverá acompanhar esta situação com preocupação e atenção, disponibilizando-se para, em conjunto com as associações de agricultores e naquilo que estiver ao seu alcance, poder dar o seu contributo para, tanto quanto possível, obviar aquele conjunto de situações que são, à partida, tão negativas para a agricultura local.

## **2- PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Informou, que a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal se irá realizar no próximo dia vinte e quatro de fevereiro.

### **Ponto 23 – INTERVENÇÕES DOS MUNÍCIPES**

- Não foram proferidas quaisquer intervenções.

### **Ponto 24 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA**

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- Informação Prévia - Construção nova - Moradia unifamiliar;
- Certidão de destaque;
- Possibilidade de vedação de área cedida ao domínio público da Câmara Municipal por via de operação urbanística de loteamento sito em Samora Correia, Rua dos Operários Agrícolas / Alteração de Alvará de Loteamento;
- Licenciamento / Operação de loteamento / Junção de documentos;
- Conclusão de Obras de Urbanização;
- Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular para o 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano Letivo 2011/2012 – Alteração do número de alunos do Centro Escolar de Porto Alto.

## **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, Diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



# **Município de Benavente**

## **ANEXO**

- **I Alteração ao Orçamento e I Alteração às Grandes Opções do Plano de 2012** (6 folhas)

**Reunião da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2012**

# 1.ª Alteração ao Orçamento

da RECEITA e da DESPESA  
para o ano financeiro de



**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal .. Reunião de 20/02/2012



Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Receita

Alteração Nº 1

Classificação Económica		Previsões Atuais	Modificações Orçamentais		Previsões Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
<b>12</b>	<b>Passivos financeiros</b>					
1205	Empréstimos a curto prazo					
120502	Sociedades financeiras	0,00	750.000,00		750.000,00	
Receitas de Capital:		0,00	750.000,00	0,00	750.000,00	
Total de receitas correntes:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Total de receitas de capital:		0,00	750.000,00	0,00	750.000,00	
Total de outras receitas:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:		0,00	750.000,00	0,00	750.000,00	



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 1

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
<b>02</b>	<b>Câmara Municipal e Serviços Municipais</b>					
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020224	Encargos de cobrança de receitas	150.000,00		27.475,00	122.525,00	
02 03	Juros e outros encargos					
02 0301	Juros da dívida pública					
02 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras					
02 03010301	Empréstimos de curto prazo	0,00	18.475,00		18.475,00	
	<b>Despesas Correntes:</b>	<b>150.000,00</b>	<b>18.475,00</b>	<b>27.475,00</b>	<b>141.000,00</b>	
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070103	Edifícios					
02 07010305	Escolas					
02 0701030501	Construção	497.753,00		7.500,00	490.253,00	
02 070104	Construções diversas					
02 07010408	Viação rural	143.930,00	3.445,00		147.375,00	
02 08	Transferências de capital					
02 0807	Instituições sem fins lucrativos					
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	396.300,00	13.055,00		409.355,00	
02 10	Passivos financeiros					
02 1005	Empréstimos a curto prazo					



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 1

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	750.000,00		750.000,00	
	Despesas de Capital:	1.037.983,00	766.500,00	7.500,00	1.796.983,00	
	Total do Orgão 02:	1.187.983,00	784.975,00	34.975,00	1.937.983,00	
	Total de despesas correntes:	150.000,00	18.475,00	27.475,00	141.000,00	
	Total de despesas de capital:	1.037.983,00	766.500,00	7.500,00	1.796.983,00	
	Total de outras despesas:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais:	1.187.983,00	784.975,00	34.975,00	1.937.983,00	

#### ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

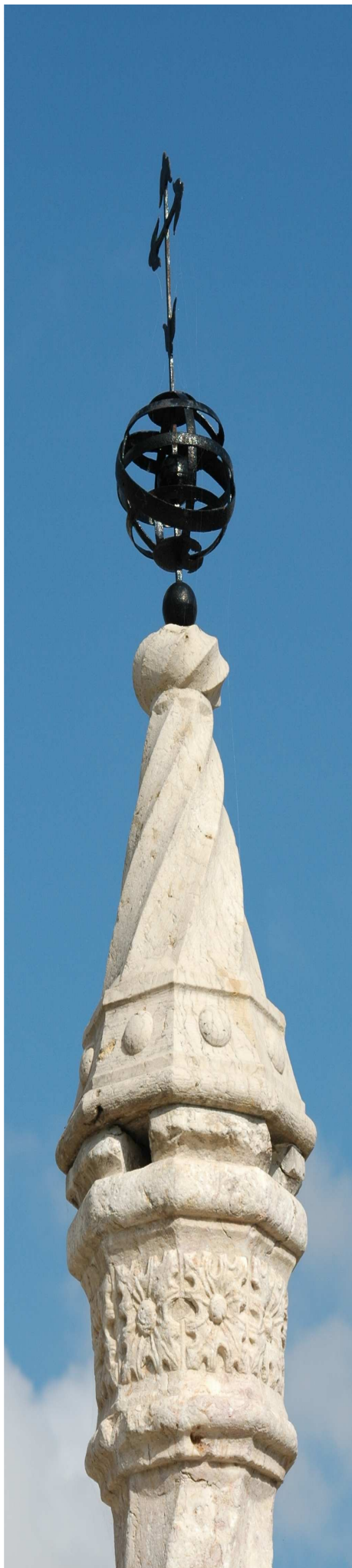
.....

#### ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....





# **1.ª Alteração às GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

**para o ano financeiro de**

# **2012**

**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal ... Reunião de 20/02/2012



**MODIFICAÇÕES  
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)**

**Ano de 2012**  
**Alteração Nº 1**

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas										Anos Seguintes			
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Ano Corrente - 2012 Modificação		Dotação Corrigida										
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes				
01						EDUCAÇÃO						4.238.273,00	0,00	4.238.273,00	-7.500,00		4.230.773,00	0,00	4.230.773,00						
01	002					Ensino básico						4.064.493,00	0,00	4.064.493,00	-7.500,00		4.056.993,00	0,00	4.056.993,00						
01	002	2006	66			Construção novas escolas primárias						551.253,00	0,00	551.253,00	-7.500,00		543.753,00	0,00	543.753,00						
01	002	2006	66	3		Centro Escolar Porto Alto (Curralinhos)						532.850,00	0,00	532.850,00	-7.500,00		525.350,00	0,00	525.350,00						
01	002	2006	66	3	1	Obra de Construção	02	0701030501	03	01/06	12/12	474.550,00	0,00	474.550,00	-7.500,00		467.050,00	0,00	467.050,00						
07						PROTECÇÃO CIVIL						325.117,00	0,00	325.117,00	13.055,00		338.172,00	0,00	338.172,00						
07	002					Associações Bombeiros Voluntários						286.617,00	0,00	286.617,00	13.055,00		299.672,00	0,00	299.672,00						
07	002	2008	5055			Apoio Construção Quartel Bomb. Samora	02	080701	02	01/12	12/12	10.000,00	0,00	10.000,00	13.055,00		23.055,00	0,00	23.055,00						
12						COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES						669.842,00	368.519,00	1.038.361,00	3.445,00		673.287,00	368.519,00	1.041.806,00						
12	002					Rede Viária e sinalização						203.930,00	45.000,00	248.930,00	3.445,00		207.375,00	45.000,00	252.375,00						
12	002	2009	26			Ligação da estrada do Monte da Saúde à EN 118 (Promec)	02	07010408	03	01/09	12/12	14.650,00	0,00	14.650,00	3.445,00		18.095,00	0,00	18.095,00						
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												499.200,00	0,00	499.200,00	9.000,00	0,00	508.200,00	0,00	508.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_